

Cabral recomendará os quatro anos

Relator descobre também que a emenda presidencialista é inviável

No relatório que o deputado Bernardo Cabral vai entregar amanhã, ele deverá recomendar aos constituintes que votem a favor da fixação do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. O relator concederá parecer favorável também à emenda Mathews Iensen, que sugere cinco anos, mas não quer que se configure uma incoerência entre o texto das Disposições Transitórias e o do corpo permanente da nova Constituição. Isso porque, Cabral deverá ainda dar parecer favorável a uma emenda patrocinada pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, propondo a fixação do mandato de quatro anos para todos os presidentes eleitos, no corpo permanente da Constituição.

Este mesmo procedimento será tomado em relação às emendas que tratam do sistema de governo pois os relatores adjuntos descobriram ontem que estão diante de um impasse. A emenda presidencialista apresentada com 349 assinaturas é tecnicamente inviável, por tratar-se apenas do capítulo IV, referente ao Poder Executivo, sem se referir ao Poder Legislativo, como no projeto aprovado pela Comissão de Sistematização e totalmente parlamentarista. Como o regimento não prevê mais a apresentação de emendas que pudessem corrigir o erro, a única saída encontrada pelo relator foi dar parecer favorável às duas propostas — a presidencialista e a parlamentarista — recomendando numa justificativa à parte que os constituintes votem pela aprovação do parlamentarismo.

O grande número de emendas incidindo sobre o artigo que cuida da duração do mandato presidencial em 4 anos, não nas Disposições Transitórias, mas no corpo permanente da Constituição, foi visto pelos relatores como um dado surpreendente. Como relator adjunto designado para analisar tais emendas, o senador José Fogaça (PMDB/RS) resolveu dar parecer favorável à proposta do líder Mário Covas, apresentada no conjunto de emendas programáticas do PMDB.

— A considerar que isto é apenas a ponta do iceberg, mais de 20 emen-

das individuais propondo a mesma coisa, quer dizer que teremos 4 anos para todos os presidentes, inclusive nas Disposições Transitórias — previu o relator José Fogaça, revelando que até agora Bernardo Cabral tem acatado cerca de 90% das decisões dos adjuntos.

Como a emenda presidencialista assinada pelo senador Humberto Lucena (PMDB/PB), Vivaldo Barbosa (PDT/RJ), Edison Lobão (PFL/MA) e Theodoro Mendes (PMDB/SP), a emenda cincoanista de Mathews Iensen terá parecer técnico favorável apenas porque traz mais de 280 assinaturas, para que sejam incluídas no bloco de emendas que terão preferência de votação em plenário. E no corpo deste parecer jurídico o relator exporá seu posicionamento pessoal e a recomendação de voto.

No parecer da emenda presidencialista, Bernardo Cabral vai relatar todos os pontos que a tornam incompatível com o texto da Comissão de Sistematização e apontará os riscos que podem ocorrer caso venha a ser aprovada. Em primeiro lugar ele vai lembrar que não existe, entre as mais de duas mil emendas apresentadas nesta última fase, qualquer proposta que possa complementar a, sendo necessário, portanto, uma nova emenda que tratasse exclusivamente do Poder Legislativo. Mas o regimento não prevê mais a apresentação de novas emendas.

— Se esta emenda vier a ser aprovada vai se criar uma situação gravíssima. O Presidente da República ficaria imobilizado e impedido de governar, uma vez que até as propostas de orçamento, pelo que diz o capítulo do Poder Legislativo da Sistematização, só podem ser aprovadas por um governo que tenha maioria no Parlamento. O confronto entre o Executivo e o Legislativo seria inevitável e o Congresso seria transformado num antipoder, podendo imobilizar o governo por até 4 anos — explicou Fogaça, lembrando que o problema não é apenas de adaptações redacionais, de substituição da palavra presidente por primeiro-ministro. — Portanto deve ser aprovada a emenda parlamentarista

recomendando numa justificativa à parte que os constituintes votem pela aprovação do parlamentarismo.

do deputado Egídio Ferreira Lima, que é de muito boa qualidade", disse.

CAMPEÕES DE EMENDAS

Até as 16 horas de ontem, a equipe de relatores já havia examinado 1682 emendas das 2.033 apresentadas (12 foram impugnadas por erros de assinaturas) alcançando já o capítulo das Disposições Transitórias, que concentrou o maior número de emendas, por tratar de questões polêmicas. De acordo com o senador José Fogaça, o relator titular Bernardo Cabral se encarregou pessoalmente de analisar este capítulo, especialmente porque a maioria das emendas acarreta gastos imediatos ao governo, algumas, no sentido de permitir a vigência da reforma tributária tão logo seja promulgada a nova Constituição.

Disposto a não acatar qualquer proposta que represente aumento de despesas para o governo, o relator Bernardo Cabral deteve-se pessoalmente na análise destas emendas. "A adoção imediata da reforma tributária provocaria uma débil administração", advertiu Fogaça. Dentro desta parte tributária, ele revelou ainda que o Centrão, com suas propostas, reproduziu o projeto da Comissão de Sistematização, mas aumentou o processo de descentralização de tributos, "de forma que o governo perca ainda mais".

No que se refere aos capítulos, os mais emendados foram os Títulos II, IV, VII e VIII, mas o artigo campeão de emendas foi o 237, que trata da Previdência e Assistência Social, especificamente no que diz respeito à aposentadoria. "A maioria destas emendas é marcada pela generosidade, o que significa a multiplicações do patrimônio da Previdência", diz Fogaça. Ele disse ainda que a maioria das emendas sobre aposentadoria visam garantir a aposentadoria integral, apelidada de aposentadoria "marajá", mas Fogaça revelou que a tendência dos relatores é acatar proposta do senador Almir Gabriel (PMDB/PA) estabelecendo a aposentadoria calculada com a média do salário contribuição dos últimos 12 meses.

EUGENIO NOVAES



Ulysses quer votar mandato e regime primeiro

Aureliano se une a Ulysses e quer apressar

O deputado Ulysses Guimarães atravessou ontem à noite a Praça dos Três Poderes e foi ao gabinete do ministro Aureliano Chaves para uma conversa de 45 minutos sobre o tema da demora da definição dos trabalhos da Constituinte. Ao final, saíram da sala, sorridentes, lembrando Juscelino, e com uma certeza comum: para que a vida política e institucional do País saia do impasse de hoje, é preciso agilizar as votações de modo a que os temas que definirão todo o resto — a forma de governo e o tempo de mandato — sejam colocados em votação, em primeiro lugar.

Os dois passaram em revista os temas que mais atrapalham a obtenção de um entendimento, e se concentraram nesses dois, como fatores de obstrução não só da Constituinte, mas da própria afirmação do poder político, num momento de graves perturbações da ordem na América do Sul, que poderão transpor seus reflexos imediatamente para o âmbito do poder militar.

Ambos construtores do pacto da transição que foi a Aliança Democrática, Ulysses e Aureliano concluíram que os temas da forma de governo e tempo de mandato estão de tal modo embricados em um outro que não poderão ser votados em separado. Os dois ex-comandantes da Aliança ficaram de desenvolver esforços em cada um de seus setores. Mas Aureliano acha-se um "mandado" de Ulysses. Na qualidade de presidente da Assembleia Nacional Constituinte o deputado tem a responsabilidade de liderar um processo constitucional que iria definir a vida do País pelos próximos anos. Por isso, pede Aureliano, todo o poder e todo o apoio devem ser dados a eles.

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, viajou amanhã em avião especial para Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, a fim de "trocar idéias" com os governadores, Pedro Ivo, Alvaro Dias e Pedro Simon a respeito da situação nacional, particularmente a questão do mandato; a crise interna no PMDB e o processo Constituinte.

Na opinião dos seus amigos, Ulysses Guimarães deseja afinar a sua orientação na presidência do PMDB e da Constituinte com a linha de pensamento da maioria dos governadores. Em todas essas conversas, ele está certo de que contará com o apoio dos governadores para a sua tese de que a Promulgação do novo texto constitucional deve ter prioridade.

Sarney quer rápida fixação do mandato

O presidente José Sarney revelou ontem ao prefeito Saturnino Braga, do Rio de Janeiro, que é favorável à votação imediata do tempo de seu mandato e do sistema de governo, por considerar os dois temas mais polêmicos, e que estão emperrando os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Sarney, segundo Saturnino, estava muito à vontade e falou por sua própria iniciativa.

A definição imediata, comentou Saturnino, é importante para que o País volte a tomar decisões, especialmente na área de investimentos. Sarney disse que se os temas não forem definidos imediatamente o País pode ser paralisado. Embora tenha feito os comentários, o presidente Sarney disse que não queria atropelar os trabalhos da Constituinte, e por isso decidiu não interferir diretamente.

Sarney disse que não conversou sobre o mandato com o presidente Sarney, porque "ele sabe a posição do meu partido" — PSB —, que é favorável aos quatro anos.

Afif e Lula unem-se por quatro anos

São Paulo — Os deputados federais Luis Inácio Lula da Silva (PT) e Guilherme Afif Domingos (PL) demonstraram em São Paulo que, embora seus partidos acumulem uma série de divergências, existe um ponto importante que os reúne no momento: ambos querem ver o presidente Sarney fora do governo ao completar os 4 anos de mandato.

Os dois parlamentares participaram de um debate no Hotel Transamérica em São Paulo, promovido pelo Centro das Indústrias de São Paulo — Ciesp, cujo tema foi "o momento político e econômico atual".

Para Lula, os constituintes precisam estar atentos à vontade nacional, e ela tem sido expressa através dos resultados das mais recentes pesquisas de opinião pública: "80 por cento delas dão quatro anos de mandato para Sarney". Afif Domingos concorda, mas adverte: "a realização de eleições em 1988 depende muito da população. Se ela bobear, Sarney fica cinco anos", afirmou Afif, referindo-se à necessidade de todos os segmentos da sociedade exercerem pressão junto aos constituintes pela aprovação dos quatro anos.

A estabilidade no emprego, que integra o projeto da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, também fez parte da pauta do debate, cujo público era formado de empresários da zona sul de São Paulo. Mas neste ponto, as opiniões não foram convergentes. Lula defende a inclusão da estabilidade na nova Constituição. Concorda com o assunto já balançado para a aprovação e rejeição mas acredita que "ainda há tempo para uma reflexão maior por parte dos constituintes, a fim de propiciar que o trabalhador não seja tratado como descartável e mereça melhores condições de vida e de poder aquisitivo".

Afif Domingos, por sua vez, voltou a dizer que a estabilidade, como está concebida no projeto da Comissão de Sistematização, é "utópica e traz garantias hipotéticas que não serão cumpridas na prática".

WAGNER AVANCINI/ANGULAR



Afif defende indenização

Centrão já arma a sua estratégia

Somente com o retorno, hoje, a esta capital de alguns dirigentes do Centrão, como o deputado Dasso Coimbra, é que o grupo começará a armar sua estratégia para a votação no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. As 11 emendas coletivas dos centristas terão prioridade no exame sobre o texto do relator, segundo as normas estabelecidas na reforma do regimento.

Ontem, nas novas salas que abrigam a coordenação do Centrão, só trabalhavam alguns poucos funcionários, encarregados de organizar a parte burocrática relacionada a destaques das emendas do grupo.

VISITAS

O presidente Sarney foi ontem ao Hospital Sara Kubitschek, às 20h30, visitar o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) — um dos líderes do Centrão, que já se encontra hospitalizado recuperando-se de uma cirurgia. Ele chegou num Opala branco, placa AM-9347, acompanhado do seu médico Dr. Messias Araújo e de segurancas. Trinta minutos depois saiu do hospital, rumo à residência do ministro José Hugo Castelo Branco, que aniversaria hoje.

Ao ser interpelado pelos repórteres se já havia escolhido o substituto do ministro Aníbal Teixeira — que deverá deixar o cargo hoje — evitou falar, limitando-se a cumprimentar a imprensa.

Ari Cunha

VISTO, LIDO E OUVIDO

Eucaliptos adubados

Atraído por Brasília, aonde prometiam vasto campo para pesquisa e realização profissional, chegou em 1960, antes da inauguração, o dr. Sávio Pereira Lima. Prometeram apartamento. Ele ficou num "JK". Prometeram móveis. Ele teve que roubar colchões do depósito da Novacap, na garagem de um dos ministérios. E aí começou sua luta.

Naquela época, as crianças em setembro ficavam com a pele rachada de tanta secura. Com o vermelho do pé, a pele dos meninos parecia lagoa seca de terra esturricada. Ele resolveu fazer uma campanha de microclima. Em 62, quando o dr. Fábio Rabelo era secretário da Saúde, ele foi diretor do HDB. Procurou pôr ordem na casa e melhorou a apresentação. Naquela época, tudo era barro, e não havia asfalto para distinguir as duas entradas atuais do hospital. Não havia um pé de grama plantado. Ele começou a trabalhar, fez amizade com o dr. Stenio Bastos, e ia escolher as árvores no acampamento da Metropolitana, porque naquela época não havia oficialmente o viveiro de hoje. E assim a área ficou arborizada. Quando se pensou em Jardim, todas as árvores nativas foram conservadas, e ele brigava por causa disto.

Durante o plantio, ele viu a direção do vento, e pediu ao Zanini algumas mudas do eucalipto argentino. Depois, o eucalipto comum, para melhorar a umidade.

Um detalhe que não sei se devo relatar é que em 1960 não havia lugar aonde enterrar as placentas das parturientes, e eram todas enterradas no jardim. Ele lembrou disto, e plantou os eucaliptos no mesmo lugar. São os mais belos de Brasília.

Pouco antes de morrer, eu o visitando num quarto do hospital lembrava o episódio, e ele rindo, ficava satisfeito em ver os galhos dos eucaliptos atingindo a sua janela.

Repetição anula 11 emendas coletivas

Das 29 emendas coletivas apresentadas na última fase da Constituinte, 11 foram invalidadas por não terem alcançado 280 assinaturas — número mínimo para recebimento de propostas conjuntas. Dez destas foram rejeitadas já no ato de apresentação: nove de autoria do grupo dos 32 e uma do deputado Messias Soares (PMDB-RJ). A outra emenda rejeitada é do deputado Ubiratan Spinelli (PDS-MT), que apresentou mais de 280 nomes, mas, devido ao número de assinaturas repetidas, contabilizou apenas 278 assinaturas.

A secretaria-geral da Constituinte já encaminhou todas as emendas válidas para impressão pela gráfica do Senado, mas continua trabalhando no atendimento a parlamentares que, surpresos com a anulação de dezenas de assinaturas em suas emendas, fazem questão de conferir pessoalmente as repetições. Os mapas de assinaturas também estão sendo feitos para melhor esclarecimento dos que acham que houve erro na conferência dos

Reforma tributária já une três regiões

As bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste reunem-se hoje pela manhã para discutir e analisar as emendas apresentadas ao projeto de Constituição. A maior luta desses parlamentares será pela manutenção de muitos dispositivos aprovados na Comissão de Sistematização, de interesse dessas regiões.

Formando um grupo coeso dentro da Constituinte, os seus 292 integrantes podem constituir uma maioria que não terá muito trabalho para manter o capítulo do Sistema Tributário, a maior bandeira por eles defendida. De acordo com o projeto de Constituição, a região conseguiu três por cento do IPI além do imposto de Renda para aplicações na região. Isso equivale a cerca de 40 bilhões de cruzados. Como este foi um item fruto de intensas negociações, o grupo está tranquilo porque, tanto no projeto apresentado pelo Centrão como no do Grupo dos 32, essa matéria não foi alterada. Como afirma um dos organizadores do grupo, deputado Alípio Cordeiro

MANUTENÇÃO

Além do texto referente ao Sistema Tributário, os parlamentares pretendem manter, no capítulo dos Orçamentos, a regionalização dos orçamentos fiscais das estatais, conforme critério populacional. Também irão brigar pela permanência da Zona Franca de Manaus e, por uma questão que, certamente, dará muita discussão — a manutenção dos representantes estaduais na Câmara dos Deputados com mínimo de oito, máximo de 60 parlamentares. Muitos parlamentares paulistas defendem ampliação da bancada de São Paulo para 80 deputados.

Planalto faz contas tranqüilo

A avaliação do Palácio do Planalto é de que a emenda Mathews Iensen — que fixa em cinco anos a duração do mandato do presidente José Sarney — será aprovada no Plenário da Constituinte por uma larga vantagem. Segundo um assessor político do Presidente, a proposta terá pelo menos 300 votos favoráveis. Isto porque, embora seja esperada uma certa defecção, o Governo tem mais 20 votos de constituintes que não assinaram a emenda como uma forma de ficarem livres das pressões.

Segundo esse assessor, o Governo concluiu que será melhor inverter a pauta dos trabalhos da Constituinte pois desta forma será possível votar logo no início a duração do mandato presidencial, uma questão polêmica que, na opinião do próprio presidente Sarney, vem polarizando a atenção dos constituintes a ponto de impedir um exame mais aprofundado de importantes matérias que se encontram em debate na Constituinte. Se a questão do mandato for decidida logo, haverá condições, inclusive, para realizar votações mais tranqüilas, sem

a paixão que este tema vem despertando, observou o assessor.

Após a aprovação dos cinco anos, disse o assessor, o presidente Sarney iniciará um novo Governo, então livre de pressões, o que lhe dará tranqüilidade para, de fato, governar tendo em vista um cronograma real. Com relação à questão do sistema de governo, os estudos e levantamentos do Palácio do Planalto indicam que será aprovado o presidencialismo, mas um sistema moderno que fortalecerá o Poder Legislativo.

Couto nega retaliação do Planalto contra Quércia

O ministro do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, desmentiu ontem a informação publicada pelo jornal Folha de São Paulo, dando conta de que o presidente José Sarney estaria pressionando o governador Orestes Quércia, de São Paulo, para conseguir apoio ao mandato de cinco anos, com a ameaça de reabertura do caso Banepa — operação irregular com apólices do Tesouro Municipal, que causou um prejuízo de Cr\$ 180 milhões ao conglomerado.

Nem o presidente Sarney usa esses métodos, nem o governador Quércia poderia aceitá-los — afirmou Costa Couto, para encerrar a conversa com os jornalistas. Um dos candidatos potenciais do PMDB à Presidência da República, Quércia vem defendendo o mandato de quatro anos, alegando que não pode ficar alheio à pressão popular.

JULIO ALCANTARA



Couto: Cinco anos passam

acredita que a emenda do deputado Mathews Iensen (PMDB/PR), que recebeu a adesão de 317 parlamentares, será aprovada pelo plenário estabelecendo os cinco anos. Reconhece que não existe necessariamente "coincidência entre assinatura e voto", mas entende que todo homem público que assina uma tese tem a

"disposição de voto". Costa Couto negou mais uma vez que o presidente Sarney esteja pressionando os governadores que defendem o mandato de quatro anos. Desmentiu também que o governador do Mato Grosso, Carlos Bezerra, recebido ontem às 15h30, por Sarney, tinha sido convocado por defender a redução do mandato presidencial. Ao final da audiência, o governador não quis falar com a imprensa, ao contrário das vezes em que foi ao Palácio do Planalto.

EQUILIBRIO

O mandato de cinco anos pode sair vitorioso, mas por uma margem apertada de votos — dois ou três —, segundo analisam os assessores próximos do presidente. Eles consideram até benéfica essa pequena margem de votos, porque possibilitaria um equilíbrio nas negociações. "Isso evita os arroubos da direita e da esquerda, comentam, que é a principal causa da radicalização dos trabalhos da Constituinte".

Que ele vê hoje no País. "Esse convencimento vem sendo feito de uma maneira muito ruim para a classe política", disse ele, ao mesmo tempo em que afirmava não acreditar que os constituintes ratifiquem no plenário a assinatura dada à emenda dos cinco anos. Somente uma grande mobilização popular, na sua opinião, seria capaz de modificar esta situação, "fazendo despertar a consciência dos constituintes".

Governo pressiona, diz Collor

Collor afirmou que um projeto de seu governo, que prevê a ampliação do sistema de abastecimento de água para Macéio, foi engavetado pelo ministro da Habitação e Desenvolvimento Urbano, Prisco Vianna, a quem chamou de "Marionete". Segundo o governador de Alagoas, em um regime democrático, o convencimento é feito através da argumentação, do diálogo, prática totalmente contrária à